

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	22
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	25
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	26
2.5 Medições não contábeis	27
2.6 Eventos subsequentes as DFs	29
2.7 Destinação de resultados	30
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	32
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	33
2.10 Planos de negócios	34
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	37
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	38
5.2 Descrição dos controles internos	44
5.3 Programa de integridade	47
5.4 Alterações significativas	56
5.5 Outras informações relevantes	57

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados no último exercício social, conforme tabela abaixo, o nível de endividamento da Companhia é confortável, e se mantém em patamares conservadores. A Companhia encerrou 2022 com uma alavancagem financeira bruta (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,55 e com o Índice Dívida Bruta / EBITDA (EBITDA e Dívida Bruta acumulado nos últimos 12 meses) em 2,97.

O índice que relaciona a Dívida Líquida pelo EBITDA (Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização), encerrou 2022 em 2,80 com suave incremento em relação ao do ano anterior (2,78). Apesar do aumento, o nível do indicador continua dentro das condições normais de mercado e abaixo do nível de referência (3,5).

Considerando o nível de alavancagem e os índices de liquidez, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Indicadores de Endividamento	Exercício findo em 31/12/2022
Dívida Bruta / EBITDA	2,97
Dívida Líquida / EBITDA	2,80
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,55
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,53
Indicadores de liquidez	Exercício findo em 31/12/2022
Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,47
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	0,68
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários/Passivo Circulante)	0,06

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Instrumentos Financeiros Derivativos, presente tanto no ativo e passivo circulante e não circulante;
- Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
- Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;

Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:

- Caixa e equivalente de caixa
- Títulos e valores mobiliários

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. estrutura de capital

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

	Exercício findo em 31/12/2022
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	3.956.902
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	4.493.403
TOTAL (R\$ mil)	8.450.305
Capital Próprio (%)	46,8%
Capital de Terceiros (%)	53,2%

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos e capital de giro. Em 31 de dezembro de 2022, 46,8% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 53,2% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada e conservadora, denotando baixo risco de crédito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final de 2022, a Companhia cumpriu com todos os *covenants* financeiros assumidos em contratos de financiamentos e emissão de debêntures, conforme apresentados abaixo, indicando situação de liquidez e equilíbrio financeiro:

Repasse BNDES	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2022
Dívida Bancária Líquida* ÷ EBITDA	Limite Máx. 3,50	1,11
Dívida Bancária Líquida ÷ (Dívida Bancária Líquida + Patrimônio Líquido)	Limite Máx. 0,60	0,31

*Dívida Bancária Líquida = Dívida Bancária - Caixa e Equivalente de Caixa - Títulos e Valores Mobiliários - Garantias de Financiamento

Escritura da 5ª, 6ª e 7ª emissão de debêntures e Scotiabank 4131 III	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2022
Dívida Financeira Líquida** ÷ EBITDA Ajustado (Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações, provisão para contingências, e provis. para cred. liq. duvidosa)	Limite Máx. 3,50	2,55

** Dívida Financeira Líquida = Dívida Bruta - Caixa e Equivalente de Caixa - Títulos e Valores Mobiliários - Garantias de Financiamento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

BNP 4131, Scotiabank 4131 IV, V e VI, Sumitomo 4131, Citibank 4131 e 8ª emissão de debêntures	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2022
Dívida Financeira Líquida*** ÷ EBITDA Ajustado (Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações, provisão para contingências, e provis. para cred. liq. duvidosa)	Limite Máx. 3,50	2,56

*** Dívida Financeira Líquida = Dívida Bruta - Caixa e Equivalente de Caixa - Títulos e Valores Mobiliários.

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida com um nível de risco financeiro moderado; e (iii) preservar um nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

Ao final do exercício de 2022, o indicador financeiro Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia, fechou 2022, medindo 2,56, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,5 para a 8ª emissão das debêntures e algumas operações de 4131), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, a Companhia mantém índice de alavancagem financeira do contrato de repasse do BNDES (Dívida Bancária Líquida sobre Dívida Bancária Líquida somada ao Patrimônio Líquido), que fechou 2022 em 0,31 (versus limite referencial de 0,60). Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com mais capital de terceiros no futuro.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2022 as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas; e (iv) dividendos aos acionistas.

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) subvenções dos recursos federais do programa “Baixa Renda”; (iii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversas entidades financiadoras; e (iv) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão).

Os diretores da Companhia esclarecem que os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura das necessidades de recursos financeiros, incluindo parte dos investimentos. Todavia, a companhia geralmente busca financiamento por meio de operações bilaterais e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos, sobretudo para capital de giro e realização de investimentos.

No exercício de 2022, foram captados recursos nos montantes de R\$ 600.000 mil com

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a emissão de debêntures, para financiamento de parte do plano de investimentos da Companhia. Adicionalmente, foram captados R\$ 631.700 mil oriundos de operações bancárias (4131) e R\$ 1.298.319 mil oriundos de operações *intercompany* para financiar capital de giro.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

Para eventuais coberturas do caixa, a Companhia poderá utilizar-se de contas garantidas mantidas para este fim. Em 2022, estas linhas de *back-up* financeiro somavam R\$ 80.000 mil. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979 de 11 de dezembro de 2018 no valor de até R\$ 800.000 mil, posteriormente ampliado devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, através dos despachos Nº 1.540 de 28 de maio de 2021 (R\$ 600.000 mil) e Nº 3.754 de 24 de novembro de 2021 (R\$ 500.000 mil), totalizando um montante de R\$ 1.900.000 mil.

Também para capital de giro, a Companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Tais opções têm se demonstrado plenamente acessíveis à companhia, em decorrência de seu bom perfil de riscos financeiros.

Para execução de investimentos, a Companhia pode utilizar financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, tais como BNDES, BANCO DO NORDESTE e outras entidades de fomento, quando disponíveis, como ELETROBRÁS e SUDENE, e também a emissão de dívida no mercado de capitais e operações de crédito bilateral de médio prazo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

As informações sobre as operações de empréstimos e financiamentos em moedas nacionais e estrangeiras são:

Saldo das operações financeiras (Valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2022
Moeda Estrangeira	
União Federal - Bônus de Desconto (a)	6.024
União Federal - Bônus ao Par (a)	8.643
SCOTIABANK 4131 III (e)	409.263
BNP 4131 II - COELCE (d)	123.188
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV (e)	210.851
Sumitomo 4131 - COELCE (f)	262.040
Citibank 4131 - COELCE (g)	290.869
SCOTIABANK 4131 - COELCE V (e)	243.000
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI (e)	130.566
Total Moeda Estrangeira	1.684.444
Moeda Nacional	
Financiamentos	2.732

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

BNDES FINAME (Capex 2012 - 2013) (b)	2.064
FINEP (h)	668
Empréstimos	256.026
BNB II (c)	256.026
Empréstimos com Partes Relacionadas	952.318
Enel Finance International II (i)	274.882
Enel Finance International N.V. (i)	526.661
Mútuos Enel BR (j)	150.775
Total Moeda Nacional	1.211.076

Total Moeda Nacional	1.211.076
Total de Empréstimos e Financiamentos	2.895.520
Instrumentos financeiros derivativos	103.749
Total de Empréstimos e Financiamentos	2.999.269
Circulante	1.187.266
Não Circulante	1.812.003
	2.999.269

Características das operações financeiras:

a) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) - dívida de médio e longo prazo (DMLPs) – Confissão de dívida a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos, dos quais apenas os subcréditos D-Bond (Bônus de Desconto) e P-Bond (Bônus ao Par) ainda estão vigentes com vencimento previsto para 11 de abril de 2024, remunerados a Libor + 1,0125% a.a e 6,2% a.a respectivamente, e ambos com variação cambial em dólares norte-americanos.

b) Repasse BNDES FINAME (Capex 2012 - 2013) – Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia, contratado em 26 de agosto de 2013, no montante total de R\$ 37.091.199,60, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES. Tais contratos possuem *covenants* financeiros.

c) BNB II - A Companhia celebrou contratos, em 29 de março de 2018, com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de Investimentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no valor total de R\$ 340.350.914,68.

d) BNP 4131 II - Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 01 de abril de 2021, no montante de R\$ 135.000.000,00.

e) SCOTIABANK

- SCOTIABANK 4131 III – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 06 de janeiro de 2021, no montante de R\$ 400.000.000,00.
- SCOTIABANK 4131 - COELCE IV – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 16 de julho de 2021, no montante de R\$ 210.000.000,00.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- SCOTIABANK 4131 V – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 23 de setembro de 2022, no montante de R\$ 230.000.000,00.
- SCOTIABANK 4131 VI – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 21 de novembro de 2022, no montante de R\$ 130.000.000,00.

f) Sumitomo 4131 – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 15 de outubro de 2021, no montante de R\$ 278.250.000,00.

g) Citibank 4131 - Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 24 de março de 2022, no montante de R\$ 271.700.000,00.

h) FINEP - Financiamento para o plano de investimentos da Companhia contratado em 17 de abril de 2020, no montante total de R\$ 663.390,00.

i) Enel Finance International N.V- Operação de intercompany contratada com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 02 de março de 2021, no montante de R\$ 500.000.000,00.

Enel Finance International N.V II - Operação de intercompany contratada com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 13 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 270.603.000,00.

j) Mútuos Enel BR - Operações de intercompany contratada com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinados em 13 e 20 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 211.096.070,87. Adicionalmente foram contratadas mais operações intercompany com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia, os quais foram assinados em 05 e 31 de janeiro, 15 e 21 de fevereiro, 04 de março, 20 de junho, 20 de julho, 22 de agosto, 20 de setembro, 20 de outubro, e 16 de novembro de 2022, no montante total de R\$ 1.027.716,28.

O principal dos empréstimos e financiamentos não circulante, excluindo os efeitos das operações de swap contratados e dos custos de transação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

Curva de Amortização dos Emprést. e Financ. - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022
2024	446.812
2025	963.053
2026	288.455
2027	48.938
Após 2027	19.131
	1.766.389

Debêntures

Saldo das debêntures emitidas pela Companhia (Valores em R\$ mil):

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Exercício findo em 31/12/2022
2ª Série - 5ª Emissão	197.803
1ª Série - 6ª Emissão	40.241
2ª Série - 6ª Emissão	350.356
1ª Série - 7ª Emissão	181.871
2ª Série - 7ª Emissão	389.833
1ª Série - 8ª emissão	628.048
(-) Custo de transação	(24.560)
Total sem efeito de swap	1.763.592
Resultado das operações de swap	-
Total de debentures	1.763.592
Circulante	337.413
Não Circulante	1.426.179
	1.763.592

Características das emissões:

Características	5ª Emissão 2ª Série	
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	
Espécie	Quirografária	
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	
Quantidade de títulos	150.000 debêntures simples	
Valor nominal	R\$ 1.000,00	
Data de emissão	15 de dezembro de 2017	
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2023	
Vencimento final	15 de dezembro de 2024	
Atualização monetária	IPCA	
Repactuação	Não haverá	
Remuneração	IPCA + 6,0013% a.a	
Exigibilidade de juros	Semestral	
Amortizações	2 parcelas	
Data das amortizações	2023 e 2024	
Características	6ª Emissão 1ª Série	6ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	40.000 debêntures simples	270.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de junho de 2018	15 de junho de 2018
Vencimento Inicial	15 de junho de 2023	15 de junho de 2024
Vencimento Final	15 de junho de 2023	15 de junho de 2025
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	100% CDI + 0,95% a.a	IPCA + 6,1965% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral
Amortizações	Parcela única	2 parcelas
Data das amortizações	2023	2024 e 2025

Características	7ª Emissão 1ª Série	7ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	350.000 debêntures simples	300.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de março de 2019	15 de março de 2019
Vencimento Inicial	15 de março de 2023	15 de março de 2024
Vencimento Final	15 de março de 2023	15 de março de 2024
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	100% CDI + 0,50% a.a	IPCA + 4,50% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	2 parcelas	Parcela única
Data das amortizações	2022 e 2023	2024

Características	8ª Emissão Série Única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	600.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de maio de 2022
Vencimento Inicial	15 de maio de 2032
Vencimento Final	15 de maio de 2032
Atualização monetária	IPCA
Repactuação	Não haverá
Remuneração	IPCA + 6,21% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortizações	3 parcelas
Data das amortizações	2030, 2031 e 2032

5ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2017, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, bem como o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

relacionadas a projetos de investimentos da Companhia nos anos de 2016, 2017 e 2018.

A 5ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de outubro de 2017, com 500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 500.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 350.000 debêntures, sem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI + 0,80% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 parcelas anuais em 15 de dezembro de 2021 e 15 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, não havia valores em aberto.

A segunda série foi emitida com 150.000 debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de IPCA + 6,0013% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 parcelas anuais em 15 de dezembro de 2023 e 15 de dezembro de 2024.

6ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de abril de 2018, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, bem como o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Companhia ao longo do ano de 2017.

A 6ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de junho de 2018, com 310.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 310.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 40.000 debêntures, sem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI + 0,95% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em uma única parcela, na data de vencimento da primeira série, 15 de junho de 2023.

A segunda série foi emitida com 270.000 debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de IPCA + 6,1965% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 parcelas anuais em 15 de junho de 2024 e 15 de junho de 2025.

7ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de fevereiro de 2019, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, bem como o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Companhia.

A 7ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de março de 2019, com 650.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 650.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A primeira série foi emitida com 350.000 debêntures, sem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI + 0,50% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 parcelas anuais em 15 de março de 2022 e 15 de março de 2023.

A segunda série foi emitida com 300.000 debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de IPCA + 4,50% a.a., exigíveis anualmente, e amortizadas em uma única parcela, na data de vencimento da segunda série, 15 de março de 2024.

8ª Emissão

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de maio de 2022, foi aprovada a 8ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Companhia.

A 8ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de maio de 2022, com 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 600.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

As debêntures contam com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de IPCA+ 6,21% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 3 parcelas, nas datas de vencimento de 15 de maio de 2030, 15 de maio de 2031 e 15 de maio de 2032.

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

Curva de Amortização das Debêntures - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022
2024	667.778
2025	135.000
2026	-
Após 2026	623.401
	1.426.179

Composição dos empréstimos e financiamentos e debêntures, por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo, Financiamento e Debêntures - Custo (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022	%
Moeda nacional		
Taxa Fixa	30.151	0,63%
TJLP	668	0,01%
CDI	3.530.976	74,14%
IPCA	1.194.017	25,074%
Libor	6.024	0,13%
USD SOFR	4.155	0,09%
EURIBOR 3M	(3.130)	-0,09%
Total	4.762.861	100,00%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

A Companhia mantém contratos de empréstimos e financiamentos de longo prazo com os bancos ITAÚ BBA e SANTANDER, (sindicato de repasse BNDES), Scotiabank, BNP, Citibank e Sumitomo (operações de 4131) e BANCO DO NORDESTE.

Diversos outros bancos, nacionais e estrangeiros, mantém contatos frequentes com a Companhia, a maioria dos quais com limites de crédito abertos, ou com a perspectiva firme de aprovação de limites de crédito, para a realização de operações de crédito, operações de hedge ou emissão de garantias. A Companhia possui relacionamento de longo prazo com diversas instituições financeiras, na parte de serviços bancários, incluindo contratos de arrecadação de faturas de energia e sistemas de pagamento, emissão de fianças bancárias e também para a realização de investimentos financeiros (disponibilidades de caixa), incluindo fundos de investimentos, sempre com perfil de baixo risco e de alta liquidez.

iii. grau de subordinação entre as dívidas;

A Diretoria entende que não há condição de subordinação entre as dívidas vigentes na Companhia no último exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Entretanto, a Companhia possui dívidas de natureza quirografária e de natureza real, sendo que em 31 de dezembro de 2022, as garantias reais eram compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios (recebíveis) para financiamentos do BNDES, do Banco do Nordeste e da União Federal.

Em eventual concurso universal de credores, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (iv) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições;

Os contratos financeiros da Companhia possuem restrições impostas pelos credores, tais como:

- Limite de endividamento:

A Companhia mantém contratos de financiamento e escritura de emissão de debêntures com estabelecimento de covenants financeiros, conforme descrito no item 2.1c desse formulário, a saber: Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA \leq 3,5 - para as debêntures da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Emissão; Dívida Bancária Líquida ÷ EBITDA \leq 3,5; Dívida Bancária Líquida ÷ (Dívida Bancária Líquida + PL) \leq 0,6 – para Contrato de Repasse BNDES; Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA \leq 3,5 - para operações de 4131 com Scotiabank, BNP, Citibank e Sumitomo.

- Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a Companhia esteja adimplente com suas obrigações. Pelos contratos de financiamento com Banco do Nordeste (BNB), há possíveis restrições quanto a distribuição de dividendos em caso de default pecuniário com estes contratos.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. Nos contratos BNB e com recursos de repasse BNDES, há obrigação da anuência prévia ao credor para eventos de mudança do controle acionário da Companhia, assim como nas debêntures, em casos específicos.

- Vencimento antecipado cruzado (cross acceleration):

Os principais contratos de financiamento de longo prazo da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross acceleration), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a antecipação do vencimento de outros contratos, vide tabela abaixo com a relação destes contratos:

Valores em R\$ mil

Dívidas com cláusulas de Cross-Default	Exercício findo em 31/12/2022
2ª Série - 5ª Emissão	197.803
1ª Série - 6ª Emissão	40.241
2ª Série - 6ª Emissão	350.356
1ª Série - 7ª Emissão	181.871
2ª Série - 7ª Emissão	389.833
1ª Série - 8ª emissão	628.048
(-) Custo de transação	(24.560)
SCOTIABANK 4131 III	409.263
BNP 4131 II - COELCE	123.188
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	210.851
Sumitomo 4131 - COELCE	262.040
Citibank 4131 - COELCE	290.869
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	243.000
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	130.566
BNDES FINAME (Capex 2012 - 2013)	2.064
Saldo total das dívidas com cláusulas de cross-default (a)	3.435.433
Dívida Bruta Total (b)	4.762.861
(a)/(b)	72%

- Protesto de Títulos:

A maioria dos contratos restringe a emissão de títulos protestados contra a companhia, cujos valores ultrapassem os limites estabelecidos nos referidos contratos e que não sejam resolvidos dentro dos prazos permitidos.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (covenants financeiros) mencionados acima, nem apresenta risco de descumprimento. Adicionalmente, não há registro de qualquer default contratual por parte da Companhia. A Companhia monitora constantemente suas restrições

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

contratuais para que sejam atendidas. Os diretores entendem que as restrições do último exercício foram atendidas de forma satisfatória.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados;

Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados no último exercício social (2022):

Contratos	Objeto	Valor Total (R\$ mil)	Plano de Investimento	Data de contratação	Desembolso em 2022	Desembolso total	Garantias
Mútuo Enel BR III	Capital de giro	70.429	-	05/01/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR IV	Capital de giro	110.556	-	31/01/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR V	Capital de giro	100.638	-	15/02/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR VI	Capital de giro	50.315	-	21/02/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR VII	Capital de giro	352.205	-	04/03/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR VIII	Capital de giro	80.335	-	20/06/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR IX	Capital de giro	50.278	-	20/07/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR X	Capital de giro	100.497	-	22/08/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR XI	Capital de giro	42.165	-	20/09/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR XII	Capital de giro	20.082	-	20/10/2022	100%	100%	-
Mútuo Enel BR XIII	Capital de giro	50.216	-	16/11/2022	100%	100%	-
Citibank 4131	Capital de giro	271.700	-	24/03/2022	100%	100%	-
Scotiabank 4131 V	Capital de giro	230.000	-	23/09/2022	100%	100%	-
Scotiabank 4131 VI	Capital de giro	130.000	-	21/11/2022	100%	100%	-
EFI - Credit Agreement II	Capital de giro	270.603	-	13/12/2022	100%	100%	-

Os financiamentos contratados especificados na tabela acima (em R\$ mil) tiveram seus recursos liberados no respectivo período demonstrado, com o objetivo de financiar capital de giro.

Os diretores esclarecem que os empréstimos captados foram utilizados para financiar capital de giro e, eventualmente, refinanciar dívidas com vencimentos no curto prazo.

No exercício de 2022, a Companhia desembolsou R\$ 1.930.019 mil de operações para financiar capital de giro, deste montante R\$ 631.700 mil foram oriundos de operações bancárias (4131) e R\$ 1.298.319 mil de operações intercompany.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de reais)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	2022	Análise vertical (%)	2021	Análise vertical (%)	Variação (%) 2022x2021	Var.
Atividades operacionais:						
Lucro líquido do exercício	640.570	100,00%	488.587	100,00%	31,11%	151.983
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:						
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	113.124	17,66%	188.552	38,59%	-40,00%	(75.428)
Perda de recebíveis de clientes	13.055	2,04%	62.978	12,89%	-79,27%	(49.923)
Depreciação e amortização	408.084	63,71%	341.068	69,81%	19,65%	67.016
Juros e variações monetárias	(26.195)	-4,09%	222.568	45,55%	-111,77%	(248.763)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	256.274	40,01%	(45.836)	-9,38%	-659,11%	302.110
Marcação a mercado de dívida	9.752	1,52%	-	0,00%	0,00%	9.752
Ativos e passivos financeiros setorial	147.050	22,96%	19.042	3,90%	672,24%	128.008
Atualização do ativo financeiro da concessão	(191.043)	-29,82%	(328.258)	-67,19%	-41,80%	137.215
Valor residual de intangível e imobilizado	22.905	3,58%	354	0,07%	6370,34%	22.551
Tributos e contribuições social diferidos	(19.664)	-3,07%	(19.898)	-4,07%	-1,18%	234
Provisões para processos judiciais e outros riscos	21.848	3,41%	19.700	4,03%	10,90%	2.148
Obrigações com benefícios pós-emprego	8.192	1,28%	8.649	1,77%	-5,28%	(457)
Redução (aumento) dos ativos:						
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(280.699)	-43,82%	(488.375)	-99,96%	-42,52%	207.676
Créditos de Subvenção desconto tarifário	70.353	10,98%	(60.932)	-12,47%	-215,46%	131.285
Ativo financeiro setorial	341.599	53,33%	(537.713)	-110,05%	-163,53%	879.312
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	136.426	21,30%	(23.616)	-4,83%	-677,68%	160.042
Outros tributos compensáveis	115.048	17,96%	241.574	49,44%	-52,38%	(126.526)
Depósitos vinculados	787	0,12%	(1.122)	-0,23%	-170,14%	1.909
Outros créditos	48.639	7,59%	(70.717)	-14,47%	-168,78%	119.356
Aumento (redução) dos passivos:						
Fornecedores	(35.702)	-5,57%	385.912	78,99%	-109,25%	(421.614)
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	(663.206)	-103,53%	25.291	5,18%	-2722,30%	(688.497)
Salários, provisões e encargos sociais	10.455	1,63%	(11.297)	-2,31%	-192,55%	21.752
Imposto de renda e contribuição social a pagar	175.879	27,46%	185.400	37,95%	-5,14%	(9.521)
Outras obrigações fiscais	(23.543)	-3,68%	66.806	13,67%	-135,24%	(90.349)
Passivo financeiro setorial	186.130	29,06%	(209.220)	-42,82%	-188,96%	395.350
Encargos setoriais	(14.825)	-2,31%	(4.816)	-0,99%	207,83%	(10.009)
Outras obrigações	29.571	4,62%	65.390	13,38%	-54,78%	(35.819)
	1.500.864	234,30%	520.071	106,44%	188,59%	
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(124.099)	-19,37%	(240.226)	-49,17%	-48,34%	116.127
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(75.551)	-11,79%	(28.560)	-5,85%	164,53%	(46.991)
Pagamento com benefícios pós-emprego	(10.182)	-1,59%	(10.852)	-2,22%	-6,17%	670
Pagamento de juros (dívidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados	(251.002)	-39,18%	(106.436)	-21,78%	135,82%	(144.566)
Pagamento de juros de instrumento derivativo	(133.906)	-20,90%	(10.202)	-2,09%	1212,55%	(123.704)
Pagamentos de juros de arrendamento	(9.121)	-1,42%	(425)	-0,09%	2046,12%	(8.696)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	897.003	140,03%	123.370	25,25%	627,08%	773.633
Atividades de investimentos:						
Adições para ativo contratual e imobilizado	(1.980.380)	-309,16%	(1.167.941)	-239,04%	69,56%	(812.439)
Cauções e depósitos	(868)	-0,14%	(2.518)	-0,52%	-65,53%	1.650
Títulos e valores mobiliários	(6.252)	-0,98%	11.728	2,40%	-153,31%	(17.980)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.987.500)	-310,27%	(1.158.731)	-237,16%	71,52%	(828.769)
Atividades de financiamentos:						
Captação de empréstimos e financiamentos	2.530.019	394,96%	1.870.050	382,75%	35,29%	659.969
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.277.103)	-199,37%	(693.865)	-142,01%	84,06%	(583.238)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(20.317)	-3,17%	(7.231)	-1,48%	180,97%	(13.086)
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(22.816)	-3,56%	105.750	21,64%	-121,58%	(128.566)
Parcelamento especial	(436)	-0,07%	(1.541)	-0,32%	-71,71%	1.105
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(140.608)	-21,95%	(199.501)	-40,83%	-29,52%	58.893
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	1.068.739	166,84%	1.073.662	219,75%	-0,46%	(4.923)
Variação no caixa líquido da Companhia	(21.758)	-3,40%	38.301	7,84%	-156,81%	(60.059)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	204.316	31,90%	166.015	33,98%	23,07%	38.301
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	182.558	28,50%	204.316	41,82%	-10,65%	(21.758)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Explicações das principais variações significativas das demonstrações dos fluxos de caixa:

- Redução nas linhas de “Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa” e “Perda de recebíveis de clientes”: a redução no acumulado do exercício é justificada principalmente por ações realizadas pela Companhia visando redução da inadimplência.

- Redução nas linhas de “Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap – juros e variação cambial” e “Marcação a mercado de dívida”: as variações são reflexo da variação cambial ocorrida no período, bem como a marcação a mercado de dos derivativos (e dívidas) classificadas como FVH que se iniciaram em 2022 (em 2021 não havia nenhum derivativo FVH na companhia).

- Redução na linha de “Atualização do ativo financeiro da concessão”: é decorrente do reflexo do menor nível de inflação registrado no período e das baixas relacionadas a proximidade da revisão tarifária da companhia programada para abril de 2023.

- Aumento na linha de “Valor residual de intangível e imobilizado”: referente as baixas recorrentes na operação dos serviços de distribuição, ocorridas no exercício de 2022.

- Redução na linha de “Créditos de subvenção desconto tarifário”: decorrente do ressarcimento à Companhia, referente ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio do crédito nas liquidações financeiras da CCEE.

- Redução da linha de “Ativo financeiro setorial”: a redução na constituição de ativo regulatório entre períodos é reflexo da melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor.

- Redução na linha de “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores”: variação decorrente da amortização do valor devolvido aos consumidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, do saldo de PIS/COFINS sobre ICMS.

- Variação na linha de “Pagamento de processos judiciais e outros riscos”: decorrente principalmente pelos pagamentos referentes a processos regulatórios no montante de R\$ 32.182 durante o exercício de 2022, além dos montantes pagos em processos das esferas trabalhista (R\$ 6.462) e cível (R\$ 37.709).

- Variação na linha de “Pagamento de juros (dívidas e debêntures), deduzido dos juros capitalizados”: devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI entre os períodos analisados (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021).

- Variação na linha de “Pagamento de juros de instrumento derivativo”: devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI entre os períodos analisados (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021).

- Variação na linha de “Pagamentos de juros de arrendamento” e “Pagamentos de arrendamento (principal)”: aumento decorrente dos novos contratos ou contratos reajustados relacionados a alugueis de imóveis.

- Variação na linha de “Captação de empréstimos e financiamentos”: Durante o exercício de 2022, foram feitas novas captações de dívidas com os bancos Scotiabank e Citibank, além da captação de mútuo com a EFI e a emissão de debêntures para financiar investimentos e capital de giro.

- Variação na linha de “Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)”: Foram feitas amortizações das dívidas e debêntures vincendas em 2022.

A seguir, os diretores comentam as variações significativas das contas de resultado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício findo em 31/12/2022		Exercício findo em 31/12/2021		Var. % 2022 x 2021
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	
Receita Bruta	12.212.544	100,00%	12.139.898	100,00%	0,60%
Fornecimento de energia elétrica	8.137.568	66,63%	7.974.895	65,69%	2,04%
Ativos e passivos financeiros setoriais	660.445	5,41%	1.455.569	11,99%	-54,63%
Subvenção Baixa Renda	295.596	2,42%	205.934	1,70%	43,54%
Subvenção de recursos da CDE	250.201	2,05%	250.764	2,07%	-0,22%
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	473.786	3,88%	366.206	3,02%	29,38%
Receita de Construção	1.958.301	16,04%	1.157.874	9,54%	69,13%
Venda de Energia Excedente - MVE	70.591	0,58%	248.579	2,05%	-71,60%
Marcação a mercado de ativo indenizável	191.043	1,56%	328.258	2,70%	-41,80%
Outras Receitas	175.013	1,43%	151.819	1,25%	15,28%
Deduções da Receita	-3.644.240	-29,84%	-4.030.391	-33,20%	-9,58%
ICMS	-1.872.677	-15,33%	-2.022.316	-16,66%	-7,40%
COFINS	-638.646	-5,23%	-677.160	-5,58%	-5,69%
PIS	-138.653	-1,14%	-147.015	-1,21%	-5,69%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-63.232	-0,52%	-65.317	-0,54%	-3,19%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-565.767	-4,63%	-357.695	-2,95%	58,17%
Outros impostos e contribuições a receita	-17.034	-0,14%	-14.080	-0,12%	20,98%
Encargos do consumidor - CCRBT	-348.231	-2,85%	-746.808	-6,15%	-53,37%
Receita Operacional Líquida	8.568.304	70,16%	8.109.507	66,80%	5,66%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	-7.343.362	-60,13%	-7.190.312	-59,23%	2,13%
Custos e despesas não gerenciáveis	-4.046.005	-33,13%	-4.623.550	-38,09%	-12,49%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-3.330.380	-27,27%	-3.650.748	-30,07%	-8,78%
Encargos do uso do sistema de transmissão	-715.625	-5,86%	-972.802	-8,01%	-26,44%
Custos e despesas gerenciáveis	-3.297.357	-27,00%	-2.566.762	-21,14%	28,46%
Pessoal	-162.434	-1,33%	-175.832	-1,45%	-7,62%
Material e Serviços de Terceiros	-653.716	-5,35%	-580.948	-4,79%	12,53%
Depreciação e Amortização	-379.549	-3,11%	-316.298	-2,61%	20,00%
Custos de Desativação de Bens	-4.036	-0,03%	1	0,00%	#####
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	-113.124	-0,93%	-188.552	-1,55%	-40,00%
Perda de recebíveis de clientes	-13.055	-0,11%	-62.978	-0,52%	-79,27%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-21.848	-0,18%	-19.700	-0,16%	10,90%
Custo de Construção	-1.958.301	-16,04%	-1.157.874	-9,54%	69,13%
Outras Despesas Operacionais	-75.208	-0,62%	-106.656	-0,88%	-29,49%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	83.914	0,69%	42.075	0,35%	99,44%
EBITDA	1.604.491	13,14%	1.235.493	10,18%	29,87%
EBIT	1.224.942	10,03%	919.195	7,57%	33,26%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado Financeiro	-420.390	-3,44%	-269.026	-2,22%	56,26%
Receita Financeira	353.147	2,89%	158.010	1,30%	123,50%
Renda de aplicação financeira	29.930	0,25%	7.026	0,06%	325,99%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	59.861	0,49%	78.542	0,65%	-23,78%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	265.295	2,17%	57.236	0,47%	363,51%
Outras receitas financeiras	15.623	0,13%	23.112	0,19%	-32,40%
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	-17.562	-0,14%	-7.906	-0,07%	122,14%
Despesas financeiras	-780.599	-6,39%	-421.709	-3,47%	85,10%
Encargos de Dívidas e debêntures	-272.881	-2,23%	-134.038	-1,10%	103,58%
Encargos fundo de pensão	-7.583	-0,06%	-6.788	-0,06%	11,71%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	-118.245	-0,97%	-38.194	0,00%	209,59%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-40.571	-0,33%	-59.673	-0,49%	-32,01%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/sw ap	-186.389	-1,53%	-34.766	0,00%	436,12%
Atualização de Impostos, P&D/PEE	-8.074	-0,07%	-6.964	-0,06%	15,94%
Marcação a mercado de Dívida	-28.380	-0,23%	0	0,00%	n/a
Variações monetárias de Dívidas e debêntures	-71.598	-0,59%	-117.953	-0,97%	-39,30%
Outras despesas financeiras	-46.878	-0,38%	-23.333	-0,19%	100,91%
Variações Cambiais	7.062	0,06%	-5.327	-0,04%	-232,57%
Variações cambiais - Empréstimos	74.692	0,61%	-82.183	-0,68%	-190,88%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	-69.885	-0,57%	80.602	0,66%	-186,70%
Outras Variações Cambiais	2.255	0,02%	-3.746	-0,03%	-160,20%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	804.552	6,59%	650.169	5,36%	23,74%
Tributos e Outros	-163.982	-1,34%	-161.582	-1,33%	1,49%
IR e CSLL	-242.964	-1,99%	-195.197	-1,61%	24,47%
Incentivo fiscal SUDENE	78.982	0,65%	33.615	0,28%	134,96%
Lucro Líquido do Período	640.570	5,25%	488.587	4,02%	31,11%

Comparativo do Resultado de 2022 x 2021

A Companhia encerrou 2022 com 4.213.056 unidades consumidoras (“consumidores”), 4,3% inferior em relação à quantidade de consumidores registrado ao final do mesmo período do ano anterior. Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 651,0 milhões. O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Ceará no ano de 2022 apresentou uma queda de 83 GWh em relação ao ano de 2021, é explicado, principalmente, pelos efeitos climáticos atípicos (com o maior período médio de chuvas dos últimos anos) e impacto do aumento de geração distribuída. Entre as classes, destacam-se a classe Residencial Baixa Renda apresentou em 2022 uma alta de 23,3%, respectivamente no volume se comparado ao mesmo período de 2021. Em contrapartida, a classe Residencial Convencional apresentou uma queda de 9,8% frente ao ano anterior, decorrente das condições climáticas desfavoráveis ao longo do período e da migração para classe Baixa Renda. A classe industrial apresentou redução de 8,7%, explicado pela migração destes clientes para o mercado livre e parcialmente pela base comparativa de 2021 que foi bastante positiva. Na classe comercial, houve uma queda de 2,1% na base de comparação anual,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

decorrente da migração destes clientes para o mercado livre e das condições climáticas desfavoráveis no período. Já a classe Rural o ano de 2022 apresentou uma queda de volume de 7,5% frente o ano de 2021 decorrente dos efeitos da chuva, onde os agricultores acionaram menos os equipamentos de irrigação.

A venda de energia no mercado cativo da Companhia apresentou uma queda de 2,7%, justificado principalmente efeitos climáticos atípicos (com o maior período médio de chuvas dos últimos anos) e impacto do aumento de geração distribuída.

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. As melhorias observadas nos indicadores de qualidade durante o ano de 2022 são resultantes de um plano de ação estabelecido em conjunto com o regulador no final de 2020 que tem como objetivo diminuir as incidências nas redes de média e baixa tensão. O indicador DEC fechou 2022 em 10,08 (12,02 em 2021) enquanto o FEC encerrou o ano em 4,23 (5,12 em 2021).

A Companhia investiu R\$ 459,3 milhões no acumulado do ano, com o objetivo de evolução dos indicadores de qualidade operacional. As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 14,73% em 2022, uma queda de 1,59 p.p. relação às perdas registradas em 2021, de 16,32%. Desde 2020, o nível de perdas tem sido impactado pela pandemia do Covid-19 e a crise hídrica, onde observa-se deterioração das condições econômicas para o consumidor e aumento na identificação de irregularidades. A melhora no índice de perdas no referido período é reflexo da entrada em operação de duas novas subestações de Alta Tensão (Acaraú e Ibiapina), impactando em menores perdas técnicas, com uma redução de 27GWh nas perdas técnicas na Alta Tensão e; o menor volume de energia injetada no 4T22 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Com relação ao Demonstrativo de Resultado apresentado na tabela do item h, apresenta-se a seguir as explicações referentes às principais variações ocorridas entre 2022 e 2021.

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia incrementou R\$ 72,6 milhões em relação ao ano de 2021. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2022, alcançou o montante de R\$ 10,2 bilhões, o que representa uma queda de 6,6% (R\$ 727,8 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 10,9 bilhões. O aumento da receita operacional bruta é resultado dos seguintes efeitos:

- Aumento de R\$ 176,1 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação a 2021, como resultado principalmente do reajuste médio tarifário aplicado a partir de abril de 2022 e impactado positivamente, sobretudo, pelas classes Industrial, Comercial e Poder Público;
- Aumento de R\$ 107,6 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), impactado sobretudo pelos efeitos da pandemia, conforme explicado anteriormente.

O aumento na receita bruta no ano foi compensado pelos seguintes fatores:

- Redução de R\$ 795,1 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da menor constituição de ativo regulatório entre períodos, refletindo a melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor;
- Redução na linha de Venda de Energia Excedente – MVE num montante de R\$ 177,9 milhões, como resultado, do menor PLD em 2022;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Redução na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 137,2 milhões referente a atualização da base do ativo indenizável, reflexo do menor nível de inflação registrado no período e das baixas relacionadas a proximidade da revisão tarifária da companhia programada para abril de 2023; e

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2022 totalizaram R\$ 3,6 bilhões, contra R\$ 4,0 bilhões em 2021, queda de 9,6% ou R\$ 386 milhões, resultado, sobretudo, da redução dos tributos, conforme detalhado abaixo:

- Redução de R\$ 196,2 milhões no total de tributos no ano de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na linha de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 (redução de R\$ 149,6 milhões); e
- Redução de R\$ 398,6 milhões nos encargos setoriais relativos principalmente à Conta de Encargos do consumidor – CCRBT, relacionada com as bandeiras tarifárias. Em 2021 prevaleceu as bandeiras amarela, vermelha e de escassez hídrica enquanto em 2022, houve a vigência da bandeira verde a partir do segundo trimestre;

Custo do Serviço/Despesa Operacional

Em 2022 os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de R\$ 153,1 milhões, ou 2,1%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no acumulado do ano, alcançaram o montante de R\$ 5,4 bilhões, 10,7% ou R\$ 647,4 milhões inferior ao montante registrado no ano anterior, de R\$ 6,0 bilhões. Este resultado é justificado principalmente pelas seguintes variações:

- Aumento nos custos e despesas gerenciáveis em R\$ 730,6 milhões no ano de 2022 (queda de R\$ 69,8 milhões excluindo o efeito do custo de construção), explicado principalmente pela: (i) redução de R\$ 75,4 milhões na linha de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no acumulado do ano justificado principalmente por ações realizadas no período; (ii) redução na linha de perda de recebíveis de clientes no montante de R\$ 49,9 milhões em relação ao ano de 2021; e queda de R\$13,4 milhões na rubrica e despesa com pessoal. Essa queda (ex custo de construção) foi parcialmente compensada pelo: (i) aumento de R\$ 72,8 milhões com despesa em Material e Serviços de Terceiros, em função principalmente dos maiores custos com reequilíbrio de contratos, pagamento mínimo e disponibilidade de materiais; (ii) Aumento de R\$ 41,8 milhões com receita de multas por impontualidade de clientes, justificado pela intensificação das ações por parte da Companhia para reduzir os níveis de inadimplência; e (iii) Aumento de R\$ 63,3 milhões na linha de depreciação e amortização;
- Redução dos custos não-gerenciáveis em 12,5% em relação ao registrado no ano de 2021. Tal variação é explicada, principalmente pela queda na rubrica energia elétrica comprada para revenda em R\$ 320,4 milhões, e redução nos encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 257,2 milhões, tendo em vista a melhora das condições hídricas.

EBITDA

Em 2022 o EBITDA da Enel Ceará atingiu o montante de R\$ 1.604,5 milhões, o que representa um aumento de R\$ 369,0 milhões em relação ao ano de 2021. A margem EBITDA da Companhia em 2022 foi de 18,7%, um aumento de 3,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Já a margem EBITDA ex-receita de construção da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Companhia em 2022 foi de 24,3%, o que representa um aumento de 6,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro

Em 2022, o Resultado Financeiro líquido da Companhia totalizou uma despesa de R\$ 420,4 milhões, R\$ 151,3 milhões superior ao registrado em 2021. A variação observada explica-se, principalmente, pelo:

- Aumento líquido de despesa de R\$ 266,1 milhões nas rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas e debêntures, variação cambial de dívidas e encargos de dívidas e debêntures) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI entre os períodos analisados (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados para financiar investimentos e capital de giro

Lucro Líquido do Período

Em 2022 a Companhia registrou lucro de R\$ 640,6 milhões, um incremento de R\$ 152,0 milhões em relação ao mesmo período em 2021, em decorrência principalmente da melhora do EBITDA, conforme explicação acima.

Endividamento e Liquidez

A dívida bruta da Companhia encerrou 2022 em R\$ 4.763 milhões, um incremento de R\$ 1.048 milhões em relação a 2021. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para refinanciamento, investimentos e capital de giro no montante de R\$ 1.654 milhões, em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 517 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 773 milhões e R\$ 385 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPS de dívidas vigentes no valor de R\$ 37 milhões.

A Companhia encerrou 2022 com o custo médio da dívida no período de 13,33% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, no valor de até R\$ 800 milhões.

Devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600 milhões, através do despacho Nº 1.540 de 28 de maio de 2021, e posteriormente mais R\$ 500 milhões (despacho Nº 3.754 de 24 de novembro de 2021), totalizando um montante de R\$ 1.900 milhões.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 250 milhões.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Coelce. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Ceará (área de concessão da Coelce). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2022, a receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica atingiu um montante de R\$ 8.178 milhões, representando um aumento de R\$ 176,1 milhões em relação a 2021, mesmo com um menor volume de energia vendida no mercado cativo (9.791 GWh em 2022 versus 10.066 GWh em 2021), decorrente principalmente, da redução do consumo na classe residencial convencional, devido as condições climáticas desfavoráveis ao longo do período.

O aumento observado na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica ocorreu principalmente em razão do reajuste médio tarifário de 21,09% aplicado a partir de abril de 2022.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla e regulados pela ANEEL. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Ademais, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial,

2.2 Resultados operacional e financeiro

comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

























Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira Escassez Hídrica:** possuiu vigência de setembro de 2021 a abril de 2022 e a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			
2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Reajuste Tarifário 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 19 de abril de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2022. A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,43% composto por reajuste econômico de +12,88% e componente financeiro de +0,55%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +24,85%.

Revisão tarifária extraordinária de 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 13 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022. A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da Companhia positivo de +10,02%, composto por reajuste econômico de +12,84% e componente financeiro de -2,82%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -3,01%. Após a revisão tarifária extraordinária, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +21,09%.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 2.2. b, o resultado operacional da Companhia é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de *commodities* sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. A companhia possui um contrato de compra de energia bilateral, cuja tarifa tem entre seus índices de reajuste o dólar. Contudo, as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira que não esteja totalmente coberta com instrumentos derivativos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas nas demonstrações financeiras e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Diretoria informa que não houve opiniões modificadas, ressalvas e/ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional;

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária;

Não aplicável em razão de não ter havido constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

c. eventos ou operações não usuais.

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA, também conhecido como LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução da CVM n.º156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social e por todos os montantes de depreciação e amortização. Como as receitas e despesas financeiras, depreciação e amortização não são incorporadas ao cálculo do EBITDA, este se apresenta como um indicador do desempenho econômico operacional obtido pela Companhia e que, portanto, não é afetado por: (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização.

O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e nem para fins regulatórios, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos.

A seguir é demonstrado o valor do EBITDA para o último exercício social:

Medições não contábeis	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022
(R\$ mil, exceto %)	
EBITDA	1.604.491

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A seguir são apresentadas as reconciliações do lucro líquido para o EBITDA da Companhia para o último exercício social:

Reconciliação do lucro (prejuízo) para o EBITDA	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022
(em milhares de R\$)	
(=) Lucro (prejuízo) líquido	640.570
(+) Resultado financeiro	420.390
(+) Imposto de renda e contribuição social	266.956
(-) Imposto de renda e contribuição social	(23.992)
(-) Incentivo fiscal	(78.982)
(+) Depreciação e amortização	379.549

2.5 Medições não contábeis

(=) EBITDA	1.604.491
------------	-----------

- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho econômico operacional da Companhia pela administração da Companhia, por ser medida prática que melhor reflete a geração de caixa advinda dos resultados operacionais da Companhia. O EBITDA é informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras apresentadas em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

1) Novo contrato de mútuo

Em 3 de janeiro de 2023, a Companhia com necessidade de capital de giro captou nova operação de mútuo com a Enel Finance no montante de R\$ 508.182. O desembolso ocorreu no dia 6 de janeiro de 2023 e a operação possui vencimento em 6 de fevereiro de 2023 a uma taxa de EUR + 4,00% a.a.

2) Novo contrato de instrumento financeiro derivativo (SWAP)

Em 2 de janeiro de 2023, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia ao índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de EUR + 4,00% a.a. para CDI + 1,44% a.a. O SWAP tem vigência com início em 6 de janeiro de 2023 e vencimento em 6 de fevereiro de 2023.

3) Nova emissão de debêntures

Em 4 de janeiro de 2023, a Companhia visando o reperfilamento de dívidas, fechou a proposta da emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 950.000. O desembolso da operação ocorreu em 11 de janeiro de 2023, a uma taxa de CDI + 1,48% a.a. e vencimento em 10 de janeiro de 2026.

4) Decisão STF – Coisa Julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022
a. regras sobre retenção de lucros	<p>Cabe à assembleia geral da Companhia deliberar sobre retenção de lucros, nos termos da legislação aplicável e do estatuto social da Companhia.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2022, além das previsões de retenção de lucros contidas na Lei das S.A, o estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de retenção lucro líquido, após distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, para formação de reserva de reforço de capital de giro, a qual não poderá exceder 100% do valor do capital subscrito.</p>
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi destinado R\$398.704.457,54 para reserva de reforço de capital de giro.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi retido 62,2% para reserva de reforço de capital de giro da Companhia.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2022, o estatuto social da Companhia previa que, pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., fosse anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, respeitados os seguintes percentuais previstos no estatuto social para as ações preferenciais (i) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% para as ações preferenciais classe A; e (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 10% para as ações preferenciais classe B, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

2.7 Destinação de resultados

<p>c. periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral usualmente realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. Nos termos do estatuto social da Companhia, os órgãos da administração <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, podem declarar dividendos intermediários, sob quaisquer das modalidades facultadas pelo art. 204 da Lei 6.404/76, mediante levantamento de balanço intermediário, sendo que os dividendos intermediários seriam deduzidos do montante dos dividendos ao encerramento de cada exercício social.</p>
<p>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>De acordo com os contratos de empréstimos internacionais 4131 emitidos pela Companhia, a Companhia não poderá efetuar declaração de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista em tais operações. Para mais informações a respeito dos referidos contratos financeiros, vide o item 2.1 (f) (iv) deste Formulário de Referência</p>
<p>e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados a qual foi definida e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23 de setembro de 2020. A Política de Destinação de Resultados pode ser encontrada no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e na página de relações com investidores da Companhia (https://www.enel.com.br/pt-ceara/investidores/enel-distribuicao-ceara/governanca-corporativa.html).</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos*
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*
- iii. contratos de construção não terminada*
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia no último exercício social.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes ao último exercício social.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, visto que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

- b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, visto que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, visto que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

O plano de investimentos da Companhia está focado em projetos que visam atender o crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2022, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 651,0 milhões.

Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate as perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia, além do investimento em novas conexões.

Os investimentos previstos para o exercício de 2023 não estão aqui divulgados, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes ao último exercício social:

Investimentos (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2022
Novas Conexões	651.020
Rede	459.299
Combate às Perdas	96.690
Qualidade do Sistema Elétrico	214.018
Adequação à carga	148.591
Outros	449.795
Total Investido	1.560.114
Aportes / Subsídios	(13.367)
Investimento Líquido	1.546.746

Novas Conexões (Crescimento Vegetativo)

Significa o atendimento a clientes de demanda em pontos distintos das instalações de extensão de novas conexões.

Qualidade do Sistema Elétrico

Referem-se aos projetos voltados à melhoria da qualidade do fornecimento a clientes, para cumprimento aos padrões estabelecidos pelo órgão regulador mediante regulamentações de qualidade de serviço. Neste caso, fundamentalmente incluem-se os projetos de investimento para melhorar ou aumentar a capacidade das instalações existentes.

Combate às Perdas

Projetos orientados a redução das perdas técnicas e das perdas comerciais (fraudes, anomalias em medições, etc.). Trata-se de projetos para aplicação de novas tecnologias nas construções de redes em substituição das redes existentes, cujo efetivo seja melhorar a efetividade do controle de perdas.

2.10 Planos de negócios

Outros

Este conceito se aplica a todos os projetos de investimentos comerciais (diferente dos sistemas informáticos) e projetos gerais como as melhorias nas propriedades, aquisição de móveis, equipamentos de escritório, equipamentos de ar condicionado e qualquer outro projeto que não se inclua nos itens acima.

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

A geração de caixa oriunda das atividades da Coelce, é a principal fonte de recursos para suprir o custeio e os investimentos de sua operação.

Além da geração de fluxos de caixa próprio, a companhia busca também financiamentos subsidiados de bancos de fomento como BNDES e BNB, instituições de desenvolvimento como Eletrobrás, créditos de outras instituições financeiras e emissões de dívida no mercado de capitais para financiar seus investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;*
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;*
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;*
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais e ambientais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Ao longo do ano de 2022 a Enel Distribuição Ceará realizou 115 projetos que beneficiaram mais de 530 mil pessoas, com um investimento de R\$ 52 milhões. Também foram gerados R\$ 8,5 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo.

Na esfera ambiental, a Companhia destina recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE (Gases do Efeito Estufa), uso racional dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Destinamos recursos, entre outros, em projetos e programas para prevenção da poluição e de emissões de GEE, uso racional dos recursos hídricos, conservação da

2.10 Planos de negócios

biodiversidade, gestão de resíduos, campanhas e treinamentos. Em 2022, esses investimentos ambientais somaram R\$ 4,7 milhões.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia segue as diretrizes previstas no Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos ("SCIGR"), definido e estruturado pelo Conselho de Administração da Enel SpA ("Enel SpA") e da Enel Américas S.A. ("Enel Américas"), acionistas controladoras indiretas da Companhia ("Controladoras Indiretas"), o qual estabelece as diretrizes, processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação para gestão de riscos dos negócios das companhias do grupo, incluindo a Companhia, por meio de normas e procedimentais e sistêmicas nele previstos.

O SCIGR está sujeito à avaliação do Comitê de Controles e Riscos das Controladoras Indiretas, órgão vinculado ao Conselho de Administração das Controladoras Indiretas, que tem por finalidade assessorá-lo na avaliação e tomada decisões relativas aos controles internos, sistema de gestão de riscos, e bem como aquelas relativas à aprovação das demonstrações financeiras periódicas das companhias sujeitas ao SCIGR, incluindo a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia possui Política de Controle e Gestão de Riscos formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 21/06/2021 ("Política"), que tem por objetivo implementar as diretrizes estabelecidas pelo SCIGR no âmbito da Companhia, adequando-a as exigências locais em termos de cultura de riscos, disponível para consulta na CVM (<https://www.gov.br/cvm>) e no site de Relação com Investidores da Companhia.

O SCIGR adota o sistema das três "linhas de ação" para que se obtenha um gerenciamento eficaz e eficiente de riscos e controles: (i) Unidades de Negócios (*Risk Owners*), cujas atividades e processos de negócio estão sujeitos à mecanismos de controle, desenvolvidos para assegurar que estas atividades e processos sejam realizados em conformidade com políticas e procedimentos internos estabelecidos pela unidade de negócio em questão, tais mecanismos são gerenciados pela área de Controles Internos; (ii) Controle de Riscos (*Risk Control*), área responsável pelo processo de gerenciamento de riscos da Companhia, assegurando o cumprimento dos limites, critérios e princípios em que se enquadram as ações relacionadas com o âmbito de risco; e (iii) Auditoria Interna, responsável por avaliar a efetividade das medidas dispostas na estrutura de Governança Corporativa, por meio de avaliação independente do sistema de controles internos e gestão de riscos, incluindo a forma como as frentes descritas nos itens "(i)" e "(ii)" acima alcançam seus objetivos de controle e gestão de riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

As linhas de ação das Unidades de Negócios, Controles Internos e Controle de Riscos (itens “(i)” e “(ii)” acima, respectivamente) reportam-se à Alta Administração. Já a Auditoria Interna (item “(iii)” acima) reporta-se ao Conselho de Administração.

Cada uma das linhas apontadas acima desempenha um papel distinto dentro de uma estrutura mais ampla de governança de riscos do Grupo Enel, sendo responsáveis por informar a Alta Administração da Companhia e mantê-la atualizada sobre a gestão de riscos.

A área de Controle de Riscos (*Risk Control*) possui a Certificação Internacional ISO 31000: 2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes atuais dessa norma internacional para gerenciar os riscos da Companhia, cujo principal objetivo é realizar as etapas de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos, através da definição de ações de mitigação por meio de planos elaborados junto às áreas de negócio e *Risk Owners* (colaboradores das unidades de negócio responsáveis pelos diferentes riscos). Na fase de tratamento dos riscos, são consideradas as ações necessárias cobertas pelas políticas e procedimentos internos, bem como a estrita observância das normas internacionais (ISO) e das regulamentações governamentais, a fim de garantir boas práticas de governança e a continuidade dos negócios.

O gerenciamento dos controles internos visa garantir que as atividades do negócio, à luz deste tema, permitam mitigar os riscos relacionados à observação e à aplicação rigorosa de todos os procedimentos e normas atuais, ambos relacionados ao cumprimento da metodologia Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (“COSO”). A área de Controles Internos atende a todos os requisitos para o monitoramento periódico da Lei Sarbanes-Oxley, incluindo a certificação semestral desses controles para auditoria externa e para definição em conjunto com os proprietários de processos e proprietários de controles ações para mitigar as deficiências dos controles endereçados pelos Auditores Externos Independentes e melhorar continuamente os processos, bem como monitorar sua implementação e comunicar o status à alta administração.

O Grupo Enel possui um Comitê de Gestão de Crise Brasil, incluindo a Companhia, que visa garantir a clareza, rapidez e eficiência da tomada de decisões e comunicação interna/externa para a gestão de qualquer evento que possa comprometer a segurança das pessoas, a continuidade do serviço público e empresarial, meio ambiente, proteção patrimonial, imagem e reputação e gestão da Companhia, bem como minimizar os impactos nas partes interessadas para garantir a rápida restauração das condições operacionais normais.

O SCIGR do Grupo Enel, que inclui a Companhia, está sujeito a testes regulares e auditorias, levando em conta a evolução das operações corporativas e a situação em questão, bem como as melhores práticas e diretrizes de regulamentos internos e regulamentos internacionais como ISO 31000: 2018 (G31000), COSO, COBIT etc.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Política, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, tem como objetivo indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão e controle dos riscos inerentes aos negócios da Companhia, a fim de monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

O riscos para os quais a Companhia busca proteção são classificados em 6 (seis) macro categorias abaixo descritas, além de 38 subcategorias de riscos, classificados de acordo com o processo completo de avaliação de risco (identificação, análise e avaliação) de acordo com a Norma ISO 31000:2018, refletindo os riscos avaliados, mostrando as probabilidades e impactos, quantificando-os antes e depois das ações de mitigação. A saber:

- (i) **Financeiros:** englobam riscos de mercado (relacionados a mudanças no cenário macroeconômico, as quais são ocasionadas por alterações nas taxas de juros, de câmbio e na expectativa inflacionária) e riscos de crédito (possibilidade de contrapartes não honrarem seus compromissos), liquidez e adequação da estrutura de capital e acesso ao financiamento;
- (ii) **Estratégicos:** representam os riscos que afetam a estratégia ou continuidade do negócio da Companhia e/ ou seus objetivos estratégicos, estão relacionados, por exemplo, à inovação, planos de investimento, ~~nos~~ clientes, novos players, desenvolvimento legislativo e regulatório, tendências macroeconômicas e geopolíticas, mudanças climáticas, entre outros;
- (iii) **Governança e Cultura:** risco de incorrer em perdas econômicas ou financeiras e danos à reputação como resultado de uma incapacidade de atingir as expectativas das partes interessadas (stakeholders), incluindo aspectos éticos e culturais da Companhia;
- (iv) **Tecnologia Digital (cyber security):** relacionados a sanções judiciais administrativas, perdas econômico-financeiras e danos à reputação, como consequência de ataques cibernéticos, roubos de dados corporativos e clientes sensíveis ou massivos, atribuíveis à falta de segurança da informação, segurança de redes, sistemas operacionais, bancos de dados, digitalização, eficácia de TI e que possam afetar a continuidade do serviço;
- (v) **Compliance:** risco de não-conformidade com regulamentação e/ou legislação (cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais, direito do consumidor e rescisões contratuais), que possa gerar exposição e penalidades legais, perdas financeiras e de reputação; e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (vi) **Operacionais:** representam os riscos da operação decorrentes de processos internos inadequados, falhas sistêmicas na rede e outros eventos de causas externas. Seu monitoramento visa garantir a disponibilidade, qualidade e eficiência dos processos e infraestrutura de distribuição e transmissão.

Adicionalmente, além das macro categorias acima listadas, dentre o conjunto de riscos monitorados relacionados à sustentabilidade, aqueles relacionados às mudanças climáticas são particularmente relevantes. Dois tipos podem ser distinguidos: (i) **riscos físicos associados às mudanças climáticas:** relacionados à ocorrência de condições climáticas extremas ou a mudanças graduais; e (ii) **riscos de transição para uma economia de baixo carbono:** que envolvem riscos relacionados a mudanças regulatórias/legais, políticas, tecnológicas e de mercado com efeito de curto, médio e longo prazo.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia adota procedimentos específicos de proteção para cada uma das categorias de risco descritas no item b(i) acima:

- (i) **Financeiros:** a Companhia segue a Política Global de Gerenciamento de Riscos Financeiros do Grupo Enel, a qual estabelece parâmetros para proteger a Companhia de eventuais prejuízos em operações financeiras, bem como de falhas nos processos de registro, acompanhamento e avaliação. As determinações da Lei Sarbanes-Oxley orientam os controles internos e o processo de preparação e divulgação das informações financeiras. Os controles internos são monitorados e avaliados semestralmente através do sistema corporativo SAP GRC. Adicionalmente, a Companhia acompanha sua exposição a contrapartes e segue critérios que classificam as contrapartes por nível de risco e limitam o seu nível de exposição a cada contraparte. Esta exposição é medida diariamente por meio dos fluxos de caixa diários e projetados, permitindo planejar a alocação adequada dos recursos disponíveis. A Companhia também se utiliza de instrumentos derivativos com o único objetivo de proteger suas posições financeiras sujeitas a variações cambiais e taxas de juros. O risco de oscilação do preço de energia é gerenciado por equipes especializadas em mercado energético, utilizando modelos estatísticos para de demanda e hidrologia;
- (ii) **Estratégicos:** são gerenciados pela área de *Risk Control Latin America* através das matrizes de riscos locais, classificando-os de acordo com sua probabilidade e impacto, que pode ser quantitativo e/ou qualitativo, são revisados mensalmente em reuniões de acompanhamento com os responsáveis pelo monitoramento e mitigação deles (Unidades de Negócio e “*Risk Owners*”);

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (iii) **Tecnologia Digital (*cyber security*):** por se tratar de um risco transversal, com impacto em todo o mundo, o Grupo Enel possui uma área especializada (“CERT”) e centralizada, que monitora e apoia todas as empresas do Grupo, incluindo a Companhia, em relação a riscos dessa natureza. O CERT faz parte da área de Segurança Cibernética, que monitora as instalações em tempo integral, em busca de melhorias contínuas na proteção em toda a organização;
- (iv) **Compliance:** para gerir esses riscos, a Companhia utiliza o controle de parâmetros. Há acompanhamento dos processos judiciais ou administrativos pelas áreas jurídicas da Companhia, e uma área específica de Regulação também da Companhia acompanha também as determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e promove a conformidade nas atividades da Companhia;
- (v) **Operacionais:** são gerenciados por meio de procedimentos e normas formais comerciais, operacionais e de execução. Além disso, a Companhia possui diversos sistemas operacionais que também são utilizados como ferramentas na prevenção, identificação e monitoramento desses riscos; e
- (vi) **Governança e Cultura:** para gerenciar essa classe de riscos, que envolve o relacionamento com partes interessadas (“*stakeholders*”), há acompanhamento diário da exposição e imagem da Companhia, e são realizadas pesquisas periódicas com consumidores e formadores de opinião. Há ainda divulgação de normas de conduta entre colaboradores, ressaltando aspectos como ética e respeito ao ser humano e ao meio ambiente, em complemento ao Programa de Compliance da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, que objetiva garantir aderência aos requisitos da legislação brasileira Anticorrupção (“Lei 12.846/13”). Esse programa está inserido no Programa Global de Compliance, adotado pelas companhias do Grupo Enel no Brasil.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Os processos de gestão de riscos da Companhia são descentralizados, sendo cada gestor responsável pelo processo operacional em que se origina o risco igualmente responsável pelo tratamento e pela adoção de medidas para o seu controle e mitigação.

Dessa forma, a Companhia possui a seguinte estrutura organizacional:

Conselho de Administração

Cabe ao Conselho de Administração da Companhia revisar e aprovar anualmente a Política de Controle e Gestão de Riscos.

Comitês de Riscos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O Grupo Enel possui um Comitê Global de Gerenciamento de Riscos e um Comitê de Riscos América Latina, ambos instituídos na forma estabelecida pelos controladores da Companhia, os quais possuem as seguintes atribuições em relação às companhias brasileiras, incluindo a Companhia: (i) aprovar as políticas de riscos propostas pelo Controller de risco da; (ii) aprovar os limites de exposição propostos; (iii) autorizar quebras de limites; (iv) definir estratégias de riscos identificando planos de ação e instrumentos para mitigar os riscos; e (v) supervisão do gerenciamento e controle de riscos a nível global e do perímetro da América Latina.

Auditoria Interna

Em linha com SCIGR (conforme definido e descrito no item 5.1(a) acima), e com o objetivo de monitorar o cumprimento das políticas internas, inclusive a Política de Controle e Gestão de Riscos, a Companhia conta com uma equipe de Auditoria Interna, responsável por realizar periodicamente auditorias e verificar se as políticas e controles estabelecidos estão em funcionamento. A Auditoria Interna é vinculada e deve se reportar ao Conselho de Administração.

Área de Controles Internos

A área de Controles Internos possui a atribuição de assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos, em observância a todos os requisitos de acompanhamento periódico da Lei Sarbanes-Oxley, inclusive com certificação semestral desses controles por auditoria externa. Esta área reporta-se diretamente a Alta Administração.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Política de Controle e Gestão de Riscos da Companhia é elaborada com base no SCIGR (conforme definido e descrito no item 5.1(a) acima), e revisada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

Ainda, conforme informado no item anterior, a Companhia conta com área de Auditoria Interna, a fim de assegurar que as medidas tomadas para fins de gestão e controle de riscos são eficazes, bem como área de Controles Internos, com objeto de assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para assegurar a efetividade da Política de Controle e Gestão de Riscos adotada, com mecanismo e procedimentos suficientes para mantê-la adequada e atualizada.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos relacionados às suas demonstrações contábeis e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), quando aplicável.

Os processos e controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são autoavaliados, semestralmente, pelos Control Owners (“executor controle”) e Process Owners (“dono dos processos”), e testados por empresa de consultoria independente, para garantir o cumprimento das exigências da Lei Sarbanes Oxley (até a data de aplicabilidade) e Lei Italiana nº 262/05, bem como garantir a eficácia e eficiência de seus processos e controles em linha com as boas práticas de governança corporativa.

Adicionalmente, conforme informado nos itens anteriores, a Companhia possui área de Controles Internos (segunda linha de defesa), que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios (primeira linha de defesa) na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da companhia para assegurar o grau de eficiência dos controles internos adotados na elaboração das demonstrações financeiras, e concluiu que os controles internos são suficientes.

a. as estruturas organizacionais envolvidas

Cada unidade organizacional é responsável pelo gerenciamento primário dos riscos operacionais, documentação suporte e atualização tempestiva dos desenhos de controles para assegurar a suficiência das atividades vigentes na matriz de riscos e controles da Companhia.

A unidade de ICR (*Internal Control Over Reporting*) é responsável pelos processos de Self Assessment (Autoavaliação) e Certificação dos Controles Internos sobre as Demonstrações Financeiras realizados semestralmente.

5.2 Descrição dos controles internos

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por examinar e submeter à decisão da Assembleia Geral Ordinária as Demonstrações Financeiras ao final de cada exercício social.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os processos e controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são autoavaliados, semestralmente, pelos *Control Owners* e *Process Owners*, e testados por empresa de consultoria independente para garantir e suportar a eficácia dos controles internos sobre demonstrações financeiras.

Ademais, a Companhia efetua anualmente auditorias especificamente voltadas para avaliações e validação dos controles adotados na elaboração das demonstrações financeiras. Todos os trabalhos de auditoria são validados sob a metodologia do COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission.

A área de Auditoria interna da Companhia realiza avaliações contínuas visando certificar a eficácia dos mecanismos de controles internos, assegurando ao Conselho de Administração a eficiência do controle interno e do sistema de gestão de risco, de forma a contribuir para a realização dos objetivos da Companhia com uma gestão de riscos adequada. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo também periodicamente reportados os resultados das respectivas auditorias, bem como das evoluções decorrentes das implementações e/ou regularizações dos planos de ação.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não há deficiências significativas reportadas pelos Auditores Independentes sobre controles internos que impactam a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item 5.2 (d), os auditores independentes da Companhia não identificaram deficiências e recomendações consideradas significativas nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

5.2 Descrição dos controles internos

Adicionalmente, o relatório das Deficiência de Controles Internos, emitido pelos auditores independentes, é anualmente encaminhado à Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) com os comentários das unidades de negócios responsáveis.

A unidade de ICR (Internal Control Over Reporting) monitora os prazos e implementação dos planos de ação proposto ao longo do exercício subsequente.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos para prevenir, detectar e remediar a ocorrência de irregularidades, incluindo irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, descritos abaixo.

A Companhia possui um Programa de Compliance ("Programa de Compliance"), formalmente aprovado em reunião do Conselho de Administração, cuja finalidade é garantir a aderência aos requisitos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), estabelecendo uma série de medidas preventivas. O Programa de Compliance foi avaliado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e obteve o reconhecimento de Empresa Pró-Ética nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. Em 2020, o Programa de Compliance foi avaliado para o processo de obtenção da certificação voluntária do sistema de gestão antissuborno, nos termos da norma internacional ISO 37001: 2016, e, nos anos de 2021 e 2022, o órgão certificador, após análises de manutenção realizadas periodicamente, manteve a referida certificação.

Adicionalmente, a Companhia também adota, conforme formalmente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 22/12/2016, o Programa Global de Compliance do Grupo Enel, aplicável para todas as sociedades do Grupo Enel no mundo, o qual se baseia nos requisitos das mais sofisticadas leis anticorrupção do mundo, como FCPA e UK Bribery Act 2010.

Adicionalmente, a Companhia dispõe dos mecanismos e procedimentos de integridade listados a seguir, aplicáveis à todas as empresas do Grupo Enel no Brasil.

Trata-se de mecanismos internos baseados nas melhores práticas de mercado e regulamentos nacionais e internacionais, bem como nos principais documentos da Organização (Programa Global de Compliance, Código de Ética etc.), elaborados em conjunto pelas áreas responsáveis pelos respectivos processos e autorizados/aprovados pela Alta Liderança.

5.3 Programa de integridade

- (i) **Código de Ética:** o Grupo Enel dispõe de um Código de Ética, aplicável a todas as sociedades a ele pertencentes, o qual expressa os compromissos éticos e as responsabilidades no desempenho das atividades do negócio e das operações corporativas pelos colaboradores da Companhia, sejam eles executivos ou colaboradores com qualquer vínculo com a Companhia.
- (ii) **Plano de Tolerância Zero com a Corrupção:** a Companhia observa o Código de Ética do Grupo Enel, bem como os compromissos alcançados mediante a adesão ao Pacto Global da ONU. O Pacto Global é uma iniciativa proposta pela Organização das Nações Unidas para encorajar empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade (<https://www.pactoglobal.org.br/>). Dessa forma, é exigido que seus colaboradores sejam honestos, transparentes e justos no desempenho de suas funções. Os mesmos compromissos também são exigidos das demais partes interessadas, ou seja, das pessoas, grupos e instituições que contribuem para o alcance de seus objetivos, ou que estejam envolvidos nas atividades desempenhadas para obtê-los. Em cumprimento ao décimo princípio do Pacto Global, segundo o qual “as empresas se comprometem a combater a corrupção de qualquer forma, incluindo a extorsão e o suborno”, é intenção da Companhia continuar firme em seu compromisso de lutar contra a corrupção, mediante a aplicação dos critérios de transparência recomendados pelo “Transparency International”.
- (iii) **Modelo de Prevenção de Riscos Penais:** o Modelo de Prevenção de Riscos Penais constitui parte integrante do Programa de Compliance (aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 29/03/2021), para efeitos da Lei Anticorrupção, com objetivo de prevenir a prática de delitos nas operações da Companhia, mitigar os riscos associados à responsabilidade penal da pessoa jurídica e de pessoas físicas exercendo atividades representando a Companhia, à responsabilidade da pessoa jurídica para efeitos da Lei Anticorrupção, e aos riscos de responsabilidade administrativa estabelecidos no Programa Global de Compliance.
- (iv) **Política Antissuborno:** o Grupo Enel dispõe de uma Política Antissuborno, aplicável a todas as sociedades a ele pertencentes, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 06/02/2020, a qual define os objetivos gerais de prevenção e luta contra a corrupção e suborno, as principais proibições, direcionamentos e responsabilidades.
- (v) **Política de Operações com Pessoas Expostas Politicamente e Pessoas Conexas – PEPPC:** O Grupo Enel dispõe de uma Política de Operações com Pessoas Expostas Politicamente e Pessoas Conexas, atualizada e aprovada pela Alta Liderança em 19/01/2023, a qual define o processo para a realização de atos, contratos ou acordos de

5.3 Programa de integridade

qualquer natureza envolvendo qualquer companhia do Grupo Enel, com pessoas expostas politicamente e as conexas com essas últimas.

- (vi) **Política de Conflito de Interesses:** O Grupo Enel dispõe de Política de Conflito de Interesses, atualizada e aprovada pela Alta Liderança em 24/03/2021, a qual estabelece o procedimento de identificação e condutas em situações de conflito de interesses. A referida política se aplica a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- (vii) **Política de Presentes e Hospitalidades:** A Companhia dispõe de Política de Presentes e Hospitalidades, atualizada e aprovada pela Alta Liderança em 18/03/2019, a qual define padrões e limitações sobre a oferta e a aceitação de presentes e hospitalidades, identificando papéis, responsabilidades e métodos de gerenciamento e controle. Nos termos da política em questão, é vedada qualquer forma de presente que possa ser interpretado como algo que exceda as práticas comerciais ou de cortesia normais de mercado, ou de qualquer forma oferecidos com a intenção de receber um tratamento favorecido na realização de qualquer atividade vinculada à Companhia. Essa política se aplica a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- (viii) **Procedimento de Gestão de Doações:** A Companhia adota um procedimento interno de gestão de doações de qualquer natureza em nome da Companhia, aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como aos trabalhadores temporários e demais terceiros contratados, como consultores, agentes, representantes e outras pessoas que atuam, de alguma forma, nos negócios da Companhia, garantindo que as suas ações sigam os padrões de integridade da Companhia.
- (ix) **Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas:** o Protocolo de Atuação no Relacionamento com funcionários públicos e autoridades públicas consiste em um documento anexo ao Código de Ética do Grupo Enel, com o objetivo: (i) estabelecer princípios claros de atuação que orientem as ações para aqueles que tenham relacionamento com funcionários públicos ou autoridades públicas, como forma de prevenir a ocorrência de práticas ilícitas; (ii) proteger o processo de competência e o correto funcionamento dos mercados, mediante a prevenção e eliminação de práticas que suponham vantagens competitivas ilícitas; e (iii) velar pela aplicação dos princípios de transparência e o correto trato nas relações

5.3 Programa de integridade

com funcionários públicos e autoridades públicas.

Outras atividades que compõem as atividades do Programa de Compliance:

- (x) **Ações de Comunicação:** ao longo do ano são realizadas ações de comunicação em parceria com a área de Comunicação Interna da Companhia. Essas ações incluem mensagens sobre os temas de Compliance através dos meios de comunicação disponíveis como e-mails, murais e TV. Anualmente é realizada a Semana Ética, período em que são reforçadas as principais práticas de controle e combate a corrupção da organização através da realização de eventos diversos, capacitações e comunicações, incluindo atividades para nossos parceiros de negócio.
- (xi) **Condução de Treinamentos:** são realizados treinamentos, presenciais e online, para reforçar os temas relacionados à gestão de Compliance e fortalecer os padrões éticos da Companhia. Os treinamentos abrangem colaboradores de todas as áreas e níveis hierárquicos, incluindo membros da alta administração.
- (xii) **Canal de Denúncias:** a Companhia disponibiliza um canal de comunicação para receber denúncias sobre possíveis violações às leis e ao Código de Ética da Companhia. As denúncias podem ser feitas por meio do site do Canal Ético da Enel (<http://www.ethicspoint.com/>) pelo número de telefone 0800-892-0696, ou por carta ao seguinte endereço: Enel Brasil S.A. Auditoria Interna, Avenida das Nações Unidas, 14.401, Andar 17º ao 23º, Conjunto 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, São Paulo – SP – CEP 04794-000. É garantido o anonimato da pessoa informante, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da empresa ou das pessoas envolvidas no testemunho.
- (xiii) **Procedimento Específico para Contratação de Serviços de Consultoria e Serviços Profissionais:** considerando o elevado nível de risco de fraude e corrupção associado a contratação de serviços de consultoria, o Grupo Enel conta com procedimento específico que regula estas contratações dessa natureza, por meio de fluxos específicos de comunicação e aprovação. A fim de verificar o seu correto cumprimento, semestralmente, é realizada uma revisão amostral de serviços contratados, com a verificação de integridade da contraparte, fluxos de aprovação, existência de documentação suporte que evidencia a prestação do serviço, controle de pagamentos e toda a gestão contratual.
- (xiv) **Declaração de Cumprimento com o Programa de Compliance:** a primeira linha do corpo diretivo (Diretores e Membros do Conselho), semestralmente, assina a declaração de conformidade com o Programa de Global de Compliance, por meio qual afirmam que não identificaram qualquer irregularidade ou infração ao referido programa, nem

5.3 Programa de integridade

qualquer fato ou comportamento que possa configurar qualquer das violações previstas na Lei Anticorrupção e que estão comprometidos a comunicar caso venham a conhecer algum fato novo.

- (xv) ***Due diligence* prévia para Contratação de bens e Serviços:** o procedimento de *Due Diligence* permite aumentar a segurança no momento da contratação de bens e serviços, além de atenuar riscos no relacionamento com os atuais e futuros parceiros de negócios da Companhia. O procedimento consiste em um conjunto de atos investigativos que devem ser realizados antes de uma contratação para conhecer em detalhes a real situação do terceiro e os riscos envolvidos na transação.

Por fim, a Companhia esclarece que a avaliação dos riscos relacionados à ocorrência de irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública é realizada periodicamente, em linha com a execução das atividades de auditoria. Os testes de efetividade dos controles são realizados ao menos uma vez ao ano e nos casos de mudanças que afetam os riscos de corrupção e do Sistema de Gestão Antissuborno.

Na medida em que mudanças nos processos ou atividades de controle forem identificadas, a matriz de riscos, controles, políticas, procedimentos, práticas e outros componentes destes poderão ser atualizados para garantir sua melhoria contínua.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade fica a cargo da área de Auditoria Interna, a qual conta com um cargo interno formalmente nomeado pelo Conselho de Administração da Companhia, em 24 de fevereiro de 2022, como “Responsável pela Prevenção de Delitos” (correspondente à função de Compliance Officer). Dentre suas principais funções, cabe a Auditoria Interna assessorar o Conselho de Administração na implementação e manutenção do Programa de Compliance da Companhia, bem como o seu monitoramento e atualização, a fim de mitigar os riscos que possam gerar responsabilidade para a Companhia. Adicionalmente, a área de Auditoria Interna é responsável por realizar a análise de riscos e realizar o controle, recebimento e tratamento de denúncias sobre possíveis violações aos normativos éticos do grupo e pela definição do plano de treinamento.

O Responsável pela Prevenção de Delitos deve reportar periodicamente suas principais atividades ao Conselho de Administração, possuindo acesso direto e imediato aos seus

5.3 Programa de integridade

membros e membros da alta direção da Companhia no caso de qualquer situação de não cumprimento ou preocupação que possa ocasionar riscos de suborno e/ou corrupção, com autonomia e independência para o exercício de suas funções e para definir iniciativas e monitoramento de controle, bem como acesso a quaisquer informações e documentos necessários para o exercício de suas funções.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Grupo Enel possui um Código de Ética, aprovado pelo Conselho de Administração em 29/09/2021, que dispõe sobre os compromissos éticos e responsabilidades no desempenho das atividades dos negócios do Grupo Enel e de suas operações corporativas que guiam todas as ações da Companhia, estabelecendo orientações de como todos devem interagir com os demais colaboradores da Companhia, parceiros, fornecedores e clientes.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética do Grupo Enel, ao qual a Companhia está vinculada, se aplica a todos os seus colaboradores que tenham qualquer vínculo com a Companhia, incluindo membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária e Não Estatutária.

Dentre as orientações estabelecidas, consta a necessidade de se observar o Pacto Global e as definições claras das políticas realizadas para atos de suborno, comissões ilícitas ou qualquer outro pagamento inadequado. Dessa forma, a Companhia se compromete a observar as leis e normas nacionais e internacionais anticorrupção.

Os princípios e condições contidos no Código de Ética do Grupo Enel são aplicáveis aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e de outros órgãos de controle da Companhia e do grupo Enel e das demais companhias do grupo, como também responsáveis e colaboradores ligados à Companhia e ao Grupo Enel por meio de relações contratuais de qualquer natureza, incluindo contratos ocasionais e/ou apenas temporários. Além disso, as companhias do Grupo Enel exigem que seus fornecedores e parceiros conduzam suas atividades de acordo com os princípios gerais do Código de Ética. Esses compromissos estão formalmente refletidos nos contratos assinados com intermediários, fornecedores e prestadores de serviços.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Todas as alegações recebidas através do Canal Ético do Grupo Enel são apuradas e, caso seja

5.3 Programa de integridade

identificado o descumprimento de algum valor e/ou política da Companhia, medidas disciplinares são aplicadas, conforme previsto no Código de Ética e no Procedimento de Medidas Disciplinares, que estabelece metodologia para aplicação de medidas disciplinares administrativas estruturadas a fim de apoiar o desenvolvimento.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de dezembro de 2010, e a versão atualizada e vigente foi aprovada em 29 de setembro de 2021. Cópia do Código de Ética está disponível no site da Companhia (<https://www.enel.com.br/pt-saopaulo/quemsomos/archive/d2018-comportamento-etico.html>),

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Telefone:

0800 892 0696

Endereço para envio de Carta para Auditoria Interna da Enel Brasil:

Avenida das Nações Unidas, 14.401, Andar 17º ao 23º, Conjunto 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, São Paulo – SP – CEP 04794-000

Endereço Eletrônico do Canal Ético:

<https://secure.ethicspoint.eu/domain/media/pt/gui/102504/index.html>

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal Ético é externo, ficando a cargo de empresa terceirizada com notória *expertise* no ramo de recebimento de denúncias e filtros de apurações a serem repassados à Auditoria Interna da Companhia, garantindo total isenção no acolhimento das manifestações.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal Ético pode ser utilizado por qualquer pessoa, colaborador ou terceiro, para compartilhamento de informações sobre violações ou suspeitas de violações ao Código de Ética da Companhia.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

É garantido o anonimato da pessoa informante, sem prejuízo das obrigações legais previstas e a defesa dos direitos da empresa ou das pessoas envolvidas no testemunho. A Enel estabelece em seu Código de Ética a proteção aos denunciante de boa fé contra qualquer tipo de retaliação. A confidencialidade da identidade da pessoa que faz a comunicação também é assegurada, sem

5.3 Programa de integridade

prejuízo das obrigações legais.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A gestão, apuração e tratamento das denúncias enviadas ao Canal Ético estão sob responsabilidade da Auditoria Interna da Companhia, que deverá apurar as investigações e, após sua conclusão, delibera as medidas cabíveis para endereçar as ações mitigatórias sobre fragilidades identificadas e junto às áreas responsáveis apoia na definição das medidas disciplinares, quando aplicável.

Adicionalmente, nos termos do item 4.4 do Código de Ética, nos casos considerados mais importante, a Auditoria Interna enviará as informações ao Presidente do Conselho de Administração e ao Diretor Presidente da Enel Brasil S.A. (acionista controladora direta da Companhia) informando a respeito das violações e medidas resultantes tomadas.

Nos demais casos, os relatos são feitos diretamente ao Diretor Presidente da Companhia, e um relatório sumário do ocorrido é fornecido ao Diretor Presidente da Enel Brasil S.A.

A depender do tema abordado na denúncia, a equipe de investigação poderá buscar o suporte com outras áreas da Companhia, como Pessoas e Organização, Jurídico, Segurança e Meio Ambiente e Segurança Patrimonial, com a finalidade de obter mais orientações sobre um tema e/ou apoio para realizar uma remediação. Ainda, conforme o resultado da investigação, poderão ser feitas recomendações para o gestor da área/processo envolvido, o qual será responsável por implantar tais ações em resposta aos riscos e vulnerabilidades identificadas.

Se o resultado de uma eventual investigação puder impactar materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, a alta administração da Companhia é prontamente notificada para que possa tomar as medidas necessárias e implementar planos de remediação.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos 3 (três) exercício sociais, não foram confirmados casos envolvendo atos ilícitos praticados contra administração pública, nacional ou estrangeira.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

5.3 Programa de integridade

Não aplicável, visto que, conforme descrito ao longo deste item, a Companhia possui políticas e diretrizes que identificar e combater desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que estamos expostos, tampouco há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5.